

ILUSTRÍSSIMO SENHOR PRESIDENTE DA COMISSÃO DE LICITAÇÕES DO
MUNICÍPIO DE ERNESTINA – RS.

Natureza: Licitação na modalidade Tomada de Preços nº. 09/2023

Objeto: RECURSO ADMINISTRATIVO EM FACE DA DECISÃO QUE CONSIDEROU A EXISTÊNCIA DE INCONFORMIDADE NO DOCUMENTO DE IDENTIFICAÇÃO DA RECEITA ESTADUAL – DI/RE, APRESENTADO COMO PROVA DA INSCRIÇÃO DA LICITANTE ORA RECORRENTE, NO CADASTRO DE CONTRIBUINTES ESTADUAL, NOS TERMOS DO ITEM 4.2, LETRA “b” DO EDITAL. DE ACORDO COM A PÁGINA OFICIAL DA RECEITA ESTADUAL, O DOCUMENTO DESTINADO A COMPROVAR A INSCRIÇÃO NO CADASTRO GERAL DE CONTRIBUINTES, NA FORMA DO ARTIGO 4º, DO LIVRO II, DO DECRETO Nº 37.699, DE 26 DE AGOSTO DE 1997 (REGULAMENTO DO ICMS) É EXATAMENTE O DI/RE APRESENTADO PELO LICITANTE. POR FIM, SE ENALTECE, QUE HOUE A PARTICIPAÇÃO DO ORA RECORRENTE NOS PROCEDIMENTOS LICITATÓRIOS TOMADA DE PREÇOS Nº. 04/2020 E 03/2021 PERANTE ESTA MUNICIPALIDADE, ONDE APRESENTANDO O MESMO DOCUMENTO, FOI CONSIDERADA HABILITADA E SE SAGROU VENCEDORA DOS CERTAMES.

ELENILTO TARIGA EIRELI, empresa individual de responsabilidade limitada, inscrita no CNPJ sob nº. 26.589.865/0001-29, estabelecida na Rua Tiradentes, 431, Pavilhão 01, Bairro Botucaraí, na cidade de Soledade/RS, neste ato representada por seu titular, **ELENILTO TARIGA**, brasileiro, separado judicialmente, portador da Carteira de Identidade nº. 5065066317 SSP/RS, inscrito no CPF sob nº. 616.785.620-68, vem, à presença de Vossa Senhoria, através de seu procurador infra-assinado, junto aos autos da licitação **TOMADA DE PREÇOS Nº. 09/2023**, com fulcro no artigo 109, inciso I, alínea “a”, da Lei nº. 8.666/93, interpor, tempestivamente, o presente **RECURSO ADMINISTRATIVO**, em face da decisão dos membros desta Comissão de Licitação, **que sob o entendimento de que o ora recorrente, não apresentou documento tido como hábil para comprovar sua inscrição no cadastro de contribuinte estadual, teria desatendido ao item 4.2, letra “b” do Edital, não sendo portanto, considerado como habilitado no ponto de vista de regularidade fiscal e trabalhista para participar do certame,** o que faz pelas razões que passa a expor:

Prefeitura Municipal de Ernestina/RS

recebido Em 28/09/2023

Kemillo Voigt



I – PRELIMINARMENTE – DA TEMPESTIVIDADE:

Tendo em vista que a sessão pública para processamento e julgamento do certame, conforme constante no ato convocatório, se deu no último dia 21/09/2023 (quinta-feira), bem como, que na ata de julgamento da licitação, após o ora recorrente manifestar interesse na interposição de recurso, **restou aberto o prazo de 05 (cinco) dias úteis para apresentação das razões recursais**, exatamente nos termos do que dispõe a redação do artigo 109, inciso I, da Lei nº. 8.666/93, pode-se dizer, **que o prazo derradeiro para protocolo da inconformidade é a presente data de 28/09/2023 (quinta-feira).**

Apenas a título elucidativo, se consigna, que os dias 23 e 24/09, por se tratarem de datas em que não há expediente na prefeitura (sábado e domingo), se encontram excluídos da contagem do prazo recursal.

Em suma, se encontra a presente peça recursal, devidamente tempestiva, atendendo o prazo legal estabelecido no já citado artigo 109, inciso I, da Lei de Licitações.

II – DA SÍNTESE DOS FATOS OBJETO DE DEBATE NA PEÇA RECURSAL:

Primeiramente, se consigna, que o procedimento licitatório ora em exame, se reporta a Tomada de Preços nº. 09/2023, onde o objeto licitado, nos termos do lançado no edital licitatório **"é a prestação de serviços e fornecimento de material, para a execução da obra de pavimentação com bloco de concreto intertravados, nas ruas José Bettim, Ricardo Pereira da Silva e Amaro Bello de Carvalho, no Município de Ernestina, conforme projeto de engenharia."**

De acordo com as cláusulas e condições do texto editalício, o preço máximo para execução do objeto licitado é de R\$ 241.370,86 (duzentos e quarenta e um mil, trezentos e setenta reais, oitenta e seis centavos); o prazo de conclusão das obras é de 03 meses, a contar da emissão de autorização para seu início; **e, no que tange ao atendimento pelo licitante, das exigências relacionadas a fase de habilitação, que contemplaria o item 3". DO CADASTRO" e "4. PARA HABILITAÇÃO O LICITANTE DEVERÁ APRESENTAR NO ENVELOPE Nº. 01", assim restou consignado no instrumento convocatório:**



3. DO CADASTRO

3.1. Para efeitos de cadastramento, os interessados deverão apresentar, até o dia 11 de setembro 2023, em horário de expediente, os documentos a seguir relacionados:

3.1.1. Documentos Relativos à Habilitação Jurídica:

- a) Cédula de Identidade dos diretores;
- b) Registro comercial, no caso de empresa individual;
- c) Ato constitutivo, estatuto social publicado de acordo com a Lei Federal nº 6.404/76 ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores;
- d) Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova de diretoria em exercício;
- e) Decreto de autorização, no caso de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir;
- f) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ).

3.1.2. Documentos Relativos à Qualificação Técnica:

- a) Registro ou Inscrição na Entidade Profissional Competente - CREA - Conselho Regional de Engenharia e Agronomia ou CAU - Conselho de Arquitetura e Urbanismo - **da Empresa licitante**, conforme Art.30, inciso I da Lei 8.666 de 21 de junho de 1993, ou visto da mesma, no caso de empresas não sediadas no Estado.
- b) Registro de inscrição na Entidade Profissional Competente - CREA - Conselho Regional de Engenharia e Agronomia - ou CAU - Conselho de Arquitetura e Urbanismo, **do Profissional** que acompanhará a execução da obra, ou visto da mesma, no caso de empresas não sediadas no Estado.

3.1.3. Documentos Relativos à Qualificação Econômico-Financeira:

- a) Certidão negativa da falência expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica expedida no domicílio desta ou emitida pela internet nos últimos 60 dias, contados da data de abertura dos envelopes. Serão aceitas certidões negativas expedidas com data anterior, desde que contenham prazo de validade e as mesmas estejam em vigor.

Obs.:

- Se o proponente desejar participar da reunião de recebimento das propostas o mesmo deverá colocar dentro do envelope nº 01 a Procuração, no caso de o licitante estar representado por Procurador ou cópia do contrato social, no caso do licitante estar representado por representante legal da empresa;
- As negativas que não contenham prazo expresso de validade deverão ter data e emissão não superior a 30 (trinta) dias anteriores a data da apresentação da Documentação à esta Licitação;
- Os proponentes que não apresentarem na forma legal os documentos exigidos nesta licitação, estarão inabilitados.
- Os documentos necessários para o cadastro deverão ser apresentados em original, cópia autenticada em cartório competente ou por servidor público do Município de Ernestina, por publicação em órgão da imprensa oficial ou por cópias, desde que sejam apresentados os originais até o terceiro dia anterior à data de entrega da documentação para autenticação pelo Responsável.

3.2. Os documentos necessários para cadastro poderão ser apresentados em original, cópia autenticada em cartório competente, por publicação em órgão da imprensa oficial ou por cópias, desde que sejam apresentados os originais para autenticação pelo Responsável.

3.3. Não serão considerados quaisquer documentos remetidos por via fax, que se destine à participação neste certame.

3.4. No momento da análise dos documentos para o cadastro das empresas interessadas ao certame, será verificado a idoneidade. Se a empresa for declarada inidônea, não será emitido o CRC - **Certificado de Registro Cadastral**, e não poderá participar da presente licitação.

OBS: Após análise e aprovação da documentação, o Município expedirá o Certificado de Registro Cadastral – CRC.



4. Para habilitação o licitante deverá apresentar no ENVELOPE Nº 01:

4.1. Habilitação Jurídica:

- a) Certificado de registro cadastral - CRC, atualizado, emitido pela Prefeitura Municipal de Ernestina;
- b) Declaração de idoneidade da empresa licitante;
- c) Declaração de fatos impeditivos da empresa licitante;
- d) Declaração de enquadramento em regime de tributação de microempresa ou empresa de pequeno porte, se for o caso.

4.2. Habilitação Regularidade Fiscal e Trabalhista:

- a) Alvará de funcionamento da empresa sede da licitante;
- b) Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual, se houver, relativo ao domicílio ou sede da licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto da licitação;
- c) Certidão que prove a regularidade com a Fazenda Federal, Estadual e Municipal, da jurisdição fiscal do estabelecimento licitante da pessoa jurídica;
- d) Certidão que prove a regularidade com a Seguridade Social, e com o Fundo de Garantia por Tempo de ServiçoFGTS, demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei;
- e) Comprovação pelo Licitante da sua opção e efetiva inclusão no Simples Nacional, quando for o caso;
- f) No caso de Empresa de Pequeno Porte ou Micro Empresa, esta poderá encaminhar junto à documentação Declaração de enquadramento em tal situação, firmada pelo contador responsável pela escrituração contábil, para que se aplique os dispositivos da Lei Complementar 123/2006;
- g) Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT).

4.3. Cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal.

- a) Declaração de acordo com o Decreto Federal 4.358 de 05 de setembro de 2002, de não infração ao preceito Constitucional descrito no art. 7º, inciso XXXIII da Constituição Federal, assinada pelo representante legal da licitante.

4.4. Qualificação Técnica:

- a) Registro ou Inscrição na Entidade Profissional Competente – CREA – Conselho Regional de Engenharia e Agronomia ou CAU – Conselho de Arquitetura e Urbanismo – **da Empresa licitante**, conforme Art.30, inciso I da Lei 8.666 de 21 de junho de 1993, ou visto da mesma, no caso de empresas não sediadas no Estado.
- b) Prova de a empresa possuir em seu quadro funcional permanente, na data da publicação deste edital, um profissional de nível superior, detentor de **atestado de responsabilidade técnica (ART)** ou Registro de Responsabilidade Técnica (RRT), operacional equivalente ou superior ao objeto desta licitação, devidamente atestado pelo CREA e/ ou CAU, mediante certidão de acervo técnico (CAT).
Comprovando-se da seguinte forma:



- b.1) em se tratando de sócio de empresa, por intermédio da apresentação do contrato social;
b.2) no caso de empregado, mediante cópia da carteira de trabalho e previdência social (CTPS);

c) No mínimo 01 Atestado de Capacitação Técnico, **em nome do Profissional**, devidamente registrado no CREA ou CAU, e certidão de acervo técnico (CAT), fornecido por órgão público ou privado, comprovando que o mesmo tenha executado, satisfatoriamente, obras com objeto compatível em características, quantidades e prazos com o objeto da Licitação, contendo as seguintes informações: nome do contratado e do contratante, identificação do tipo ou natureza da obra, localização da obra, período de execução e descrição dos serviços executados e suas quantidades;

4

RUA JULIO DOS SANTOS, 2021 - CENTRO - CEP 99140-000 - ERNESTINA - RS
CNPJ 92.406.180/0001-24



PREFEITURA MUNICIPAL DE ERNESTINA

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

d) "Atestado de visita" ao local das obras fornecido ao **Responsável Técnico pertencente ao quadro permanente da empresa licitante interessada**, expedido pelo Setor de Engenharia da Prefeitura e/ou responsável designado pelo Prefeito Municipal ou **Declaração formal** assinada pelo responsável legal da licitante, de que tem pleno conhecimento das condições e peculiaridades inerentes a natureza dos trabalhos, assumindo total responsabilidade por esse fato e informando que não o utilizará para quaisquer questionamentos futuros, cfe modelo anexo VII.

OBS: A empresa que optar para fazer a visita técnica, deverá estar no dia 13 de setembro às 9:00 hrs na sala de licitações para ser acompanhada pelo responsável técnico do Departamento de engenharia, para fins de esclarecimentos e conhecimento do local da obra.

e) Declaração da empresa licitante de garantia de durabilidade da obra de no mínimo 05 (cinco) anos.

4.5. Qualificação Econômico-Financeira:

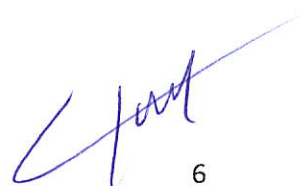
a) Declaração de que a licitante, em sendo vencedora do certame, prestará caução em uma das modalidades previstas nos parágrafos 1º e 2º do artigo 56 da Lei 8.666/93, de 1% (um por cento) do valor total do contrato, devendo o licitante que optar pela caução em dinheiro, fazê-la através de depósito no Banco 041- Banrisul- Agência 0559 Ernestina - RS conta nº 04.1043070-5.

Do que se extrai das transcritas condições e requisitos que devam ser cumpridas pelos licitantes, para efeito de serem considerados habilitados para participar do certame, se identifica, sem qualquer esforço de raciocínio, **que dentre os documentos do item 4.2, relacionados a Habilitação Regularidade Fiscal e Trabalhista**, com previsão legal contida na redação do artigo 29 da Lei de Licitações adotada pela licitante (Lei nº. 8.666/93), **se encontra a apresentação de "PROVA DE INSCRIÇÃO NO CADASTRO DE CONTRIBUINTES ESTADUAL, SE HOUVER, RELATIVO AO DOMICÍLIO OU SEDE DA LICITANTE, PERTINENTE AO SEU RAMO DE ATIVIDADE E COMPATÍVEL COM O OBJETO DA LICITAÇÃO".**

5

Dito isto, se destaca em ato contínuo, que a empresa ora recorrente **ELENILTO TARIGA EIRELI**, realizou cadastramento para participar da licitação ora em exame, sendo-lhe emitido em seu favor, o documento **CERTIFICADO DE REGISTRO DE FORNECEDOR Nº. 126**, vide anexo, ou seja, para esta Comissão de Licitação, a aludida empresa teria atendido, ao menos em relação aos documentos solicitados na ocasião, que aparentemente, seriam os relacionados no item 3.1.1, 3.1.2, 3.1.3 do Edital, as exigências da fase de habilitação, se encontrando pois, apta e habilitada para figurar no competitivo.

Por fim, se registra, que na data de 21/09/2023 (quinta-feira) indicada no instrumento convocatório, como sendo a destinada para a abertura dos envelopes contendo a documentação da habilitação e das propostas, através de solenidade em que diversos licitantes se fizeram presentes, **entendeu esta Comissão de Licitação, dentre outras decisões tomadas, que as empresas participantes ANA GABRIELE FERREIRA DA SILVA E CIA LTDA – EPP, CIMA PROJETOS E CONSTRUÇÕES LTDA – EPP, DURANTE ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES LTDA, a ora recorrente ELENILTO TARIGA LTDA, LC PAVIMENTADORA LTDA, MAYARA MOREIRA LAMBERTI e VALENTINA CONSTRUTORA LTDA, por não terem apresentado "CERTIDÃO DE INSCRIÇÃO ESTADUAL" para efeito de atendimento do item "4", sub item "4.2", letra "b", do Edital, mas sim, "DOCUMENTO DE IDENTIFICAÇÃO DA RECEITA ESTADUAL – DI/RE", foram consideradas como inabilitadas para participar da licitação.**



III – DAS RAZÕES RECURSAIS:

Antes de mais dizer e como é sabido, uma das regras básicas de qualquer procedimento licitatório, é a de que a Administração Pública, a partir da emissão do Edital de Licitação, não pode tomar qualquer decisão em descumprimento as normas e condições do ato convocatório, sob pena de ofensa direta ao **princípio da vinculação ao instrumento convocatório**.

Trata-se na realidade, da obrigatória vinculação da administração ao edital de licitação, cujo entendimento, é extraído do que estabelecem os **artigos 3º, 41 e 55, XI, todos, da Lei nº 8.666/1993, in verbis:**

*Art. 3º A licitação destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia, a seleção da proposta mais vantajosa para a administração e a promoção do desenvolvimento nacional sustentável e será processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, **da vinculação ao instrumento convocatório**, do julgamento objetivo e dos que lhes são correlatos.*

Art. 41. A Administração não pode descumprir as normas e condições do edital, ao qual se acha estritamente vinculada.

Art. 55. São cláusulas necessárias em todo contrato as que estabeleçam:

[...]

XI - a vinculação ao edital de licitação ou ao termo que a dispensou ou a inexigiu, ao convite e à proposta do licitante vencedor;

[grifos acrescidos]

Tal regramento, tem como escopo, justamente evitar, não só futuros desatendimentos das normas do edital, mas também o descumprimento de diversos outros princípios atinentes ao certame, tais como o da transparência, da igualdade, da impessoalidade, da publicidade, da moralidade, da probidade administrativa e do julgamento objetivo.

A partir de tal cenário, de ausência de qualquer discricionariedade da Comissão de Licitação, na análise dos critérios contidos no edital do certame, é que o recorrente passa a expor as razões pela qual entende, **que a decisão de inabilitação da licitante ora recorrente ELENILTO TARIGA EIRELI, sob o argumento, de que o documento de identificação DI/RE que apresentou, não atenderia ao item 4, sub item 4.2, letra "b", do instrumento convocatório da licitação, se apresentou, com a devida máxima vênia, totalmente equivocada e incorreta.**



Nesse sentido, no caso em testilha, conforme já salientado no tópico anterior, uma das condições para qualquer empresa participar da licitação, segundo se extrai da própria redação do debatido sub item 4.2, letra "b" do Edital, seria "PROVAR SUA INSCRIÇÃO NO CADASTRO DE CONTRIBUINTES ESTADUAL", RELATIVO AO DOMICÍLIO OU SEDE DO LICITANTE, PERTINENTE AO SEU RAMO DE ATIVIDADE E COMPATÍVEL COM O OBJETO CONTRATUAL".

Nota-se, em primeiro lugar, que a redação do artigo 29 da Lei nº. 8.666/93, ao elencar os documentos relativos a regularidade fiscal e trabalhista, refere em seu inciso II, que o promovente do certame exigirá, prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual **ou municipal, se houver**, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual.

A expressão "**se houver**" contida no dispositivo legal e que permaneceu no sub item 4.2, letra "b", do Edital, é justamente para os casos em que a empresa possua inscrição municipal, mas não estadual e vice-versa, sendo que no caso em exame, uma vez que se trata de venda de matérias e prestação de serviço, obrigatoriamente, o participante do certame, deve possuir tanto a inscrição no âmbito municipal, objeto de exigência no sub item 4.2, letra "a", na forma de alvará de funcionamento, quanto estadual, **na forma do documento tido como hábil para comprovar sua inscrição na Receita Estadual.**

E, é exatamente neste aspecto, que a Comissão de Licitação, no entendimento do recorrente, incorreu em flagrante equívoco, por ocasião do julgamento proferido na Ata de Sessão de Recebimento de Documentação e Propostas realizada no último dia 21/09/2023, quanto entendeu, que o DOCUMENTO DE IDENTIFICAÇÃO DA RECEITA ESTADUAL – DI/RE, não seria apto para comprovar tal inscrição no cadastro de contribuintes estadual.



8

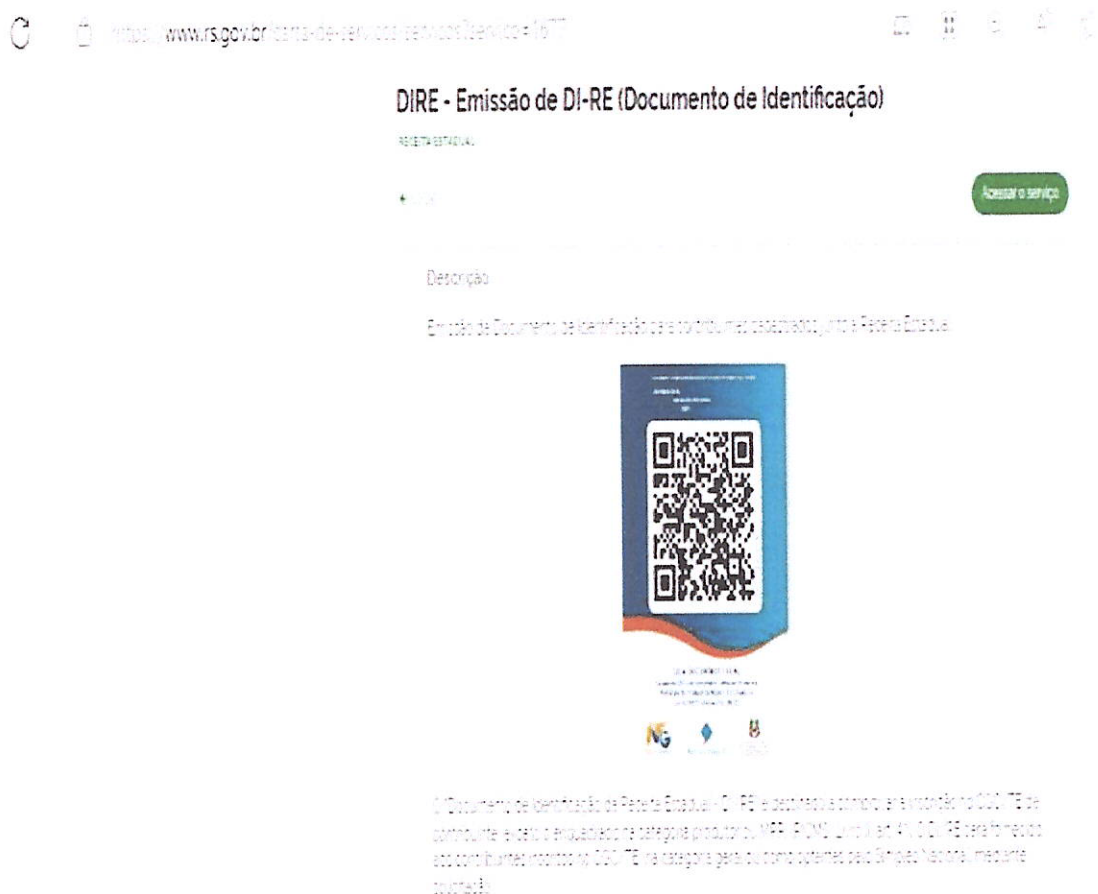
Sim, pois, ao ser consultado o sítio da Receita Estadual, a própria Secretaria da Fazenda do ERGS, define que o DOCUMENTO DE IDENTIFICAÇÃO DA RECEITA ESTADUAL – DI/RE, possui como finalidade e é tido como documento hábil, para comprovar a inscrição do contribuinte, no cadastro geral de contribuintes de tributos estaduais (CGC/TE), citado inclusive a redação do artigo 4º, do LIVRO II, do Decreto nº 37.699, de 26 de Agosto de 1997 (REGULAMENTO DO ICMS).

Pela pertinência, segue abaixo, link de acesso a indicada página do ERGS, imagem da informação ora destacada, sendo ainda anexado ao presente recurso, página impressa da referida imagem.

Link:

[DIRE - Emissão de DI-RE \(Documento de Identificação\) - RS.GOV.BR - Portal de Serviços Digitais \(www.rs.gov.br\)](https://www.rs.gov.br/cadastro-de-servicos/servicos?servico=16777)

Imagem da página na internet:



Pois bem, se o próprio Portal de Serviços do Estado do Rio Grande do Sul, define que o documento hábil fornecido pelo Tesouro do Estado para comprovar a identificação do contribuinte, na forma do ARTIGO 4º, LIVRO II, DO REGULAMENTO DO IMPOSTO SOBRE OPERAÇÕES RELATIVAS À CIRCULAÇÃO DE MERCADORIAS E SOBRE PRESTAÇÕES DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE INTERESTADUAL E INTERMUNICIPAL E DE COMUNICAÇÃO – RICMS (DECRETO Nº. 37.699/1997), É EXATAMENTE O DOCUMENTO DE IDENTIFICAÇÃO DA RECEITA ESTADUAL – DI/RE APRESENTADO PELA RECORRENTE, qual a razão lógica para esta Comissão de Licitação concluir, que a licitante não atendeu ao item 4, sub item 4.2, letra “b”, do Edital?

Veja-se, que o multicitado sub item 4.2, letra “b” do Edital, exige do participante do certame ***“prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual”***, não havendo qualquer menção da expressão ***“certidão de inscrição estadual”***, que esta Comissão de Licitação utiliza na Ata de Julgamento.

Aliás, é de extrema importância tal observação, à medida que, NÃO EXISTE CERTIDÃO DE INSCRIÇÃO ESTADUAL, pois o que é disponibilizado no sítio do ERGS, é a ***emissão de DI/RE, diga-se, de acesso restrito ao contribuinte***, que foi o documento apresentado pela recorrente, e uma consulta Pública ao CGCTE RS, a qual, como o próprio documento expedido esclarece, **NÃO VALE COMO CERTIDÃO:**

Como prova do exposto, segue abaixo a consulta pública da empresa ora recorrente, emitida na data de ontem (27/09/2023), a qual assim destaca:



Consulta Pública ao CGCTE RS

Situação na data: 27/09/2023

Identificação			
CAD ICMS	137/0085793		
CNPJ	26.589.865/0001-29		
Razão Social	ELENILTO TARIQA LTDA		
Nome Fantasia	CONSTRUTORA TARIQA		
Endereço			
Logradouro	RUA TIRADENTES		
Número	431	Complemento	PAVILH 01
Bairro/Distrito	BOTUCARAÍ		
Município	SOLEDADE	U.F.	RS
CEP	90900-000		
Informações Complementares			
Enquadramento	SIMPLES NACIONAL	Delegacia da Receita	5ª DRE - PASSO
Empresa		Estadual	FUNDO
Natureza Jurídica	2062 - SOCIEDADE EMPRESARIAL LIMITADA		
CNAE Fiscal Principal	4744-3/99 - COMERCIO VAREJISTA DE MATERIAIS DE CONSTRUCAO EM GERAL		
CNAE Fiscal	4299-5/01 - CONSTRUCAO DE INSTALACOES ESPORTIVAS E RECREATIVAS		
CNAE Fiscal	4213-8/00 - OBRAS DE URBANIZACAO - RUAS, PRACAS E CALÇADAS		
Data Abertura	27/01/2017		
Situação Cadastral	ATIVO		
Vigente ⁽¹⁾			
Nota Fiscal Eletrônica	EMPRESA OBRIGADA A EMISSAO		
Classificação das atividades Econômicas			
8 - COMERCIO VAREJISTA			
9 - SERVICOS E OUTROS			

OBSERVAÇÃO: Os dados acima estão baseados em informações fornecidas pelos próprios contribuintes cadastrados. **Não valem como certidão de sua efetiva existência de fato e de direito, não são oponíveis à Fazenda e nem excluem a responsabilidade tributária derivada de operações com eles ajustadas.**

(1) Situação Cadastral Vigente refere-se tão somente ao Cadastro de Contribuintes do Estado do Rio Grande do Sul (Inscrição Estadual).



Ora, se o órgão responsável pela emissão de documentos do Cadastro Geral de Contribuintes do Tesouro do Estado (CGC/TE), está a esclarecer, que o DI/RE (Documento de Identificação da Receita Estadual), se destina a comprovar a inscrição do contribuinte, ao passo, que a Consulta Pública não vale como certidão, indaga-se:

- Qual destes documentos possui maior valor probante, como meio de prova da inscrição do licitante no cadastro de contribuintes estadual?

- Se não possui no sítio do ERGS, além da consulta pública, que não vale como certidão, e do Documento de Identificação da Receita Estadual que a recorrente apresentou na licitação, outra opção de documento para comprovação de inscrição no CGC/TE, o que efetivamente esta Comissão de Licitação pretende que os licitantes apresentem para suprir o sub item 4.2, letra "b", do Edital?

Não suficiente o lançado, traz-se ainda como questão imprescindível para demonstrar, que essa Comissão de Licitação incorreu em equívoco, o fato de que bastaria terem os membros desta comissão, lido o QR-CODE presente no DI/RE apresentado pela recorrente, que todas as informações atinentes a empresa licitante, como regularidade da inscrição, local da sede e ramo de atividade, seriam facilmente identificadas.

Tal possibilidade de diligência durante a sessão de julgamento das propostas, se encontra inclusive presente na redação do artigo 43, § 3º, da Lei nº. 8.666/93, que assim dispõe:

Art. 43. A licitação será processada e julgada com observância dos seguintes procedimentos:

(...)

§ 3º. É facultada à Comissão ou autoridade superior, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou a complementar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar originariamente da proposta.



O que a recorrente está a sustentar com o exposto, é que o documento DI/RE apresentado pelo recorrente, assim como praticamente por todos os demais participantes do certame, que também foram considerados inabilitados pela mesma motivação, se apresenta como prova perfeitamente suficiente para demonstrar a inscrição da licitante no cadastro de contribuintes estadual, atendendo ao requisito do sub item 4.2, letra "b", do Edital.

Qualquer entendimento contrário, ou seja, que o Documento de Identificação da Receita Estadual (DI/RE), não é prova suficiente de inscrição no cadastro de contribuintes estadual, ao passo, por exemplo, que uma consulta pública sem valor como certidão, seja aceita como prova plena de regularidade fiscal da licitante no CGC/TE, configuraria, com absoluta certeza, além da violação ao princípio da proporcionalidade e razoabilidade, uma clara conduta de restrição a competitividade, frustrando a ampla concorrência e a busca de uma proposta mais vantajosa a administração pública, o que inclusive é vedado, nos termos do artigo 3º, *caput* e § 1º, inciso I, da Lei nº. 8.666/93.

Destarte, nada justifica que a Comissão de Licitação, quando do julgamento do certame, considere como documento para se provar o cadastro de contribuintes estadual do licitante, qual seja, certidão de inscrição estadual, que na realidade, além de não existir, a própria legislação estadual que regulamenta tal prova de inscrição, define ser o DI/RE o documento destinado a comprovar a inscrição no CGC/TE do contribuinte.

Para finalizar, ainda se registra, que nas duas licitações anteriores que a recorrente participou e se sagrou vencedora perante esta municipalidade, **TOMADA DE PREÇOS 04/2020 E TOMADA DE PREÇOS Nº. 03/2021**, o documento utilizado como prova do atendimento do requisito "*prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual*", foi exatamente o mesmo DI/RE ora apresentado, sendo que nas duas ocasiões anteriores, esta Comissão de Licitação, não se insurgiu e muito menos apontou qualquer irregularidade atinente ao requisito ora em debate.



Em suma, os documentos que a licitante recorrente apresentou para comprovação sua habilitação para participar do certame, mais precisamente, o Documento de Identificação da Receita Estadual (DI/RE), atende perfeitamente ao requisito 4.2, letra "b", do Edital, de modo pois, que se impõe seja acolhido o presente recurso, aos efeitos de, **reconsiderar esta Comissão de Licitação a decisão de inabilitação da ora recorrente para participar da licitação, julgando-a, ao menos no que se refere a questão ora debatida, como HABILITADA NA LICITAÇÃO TOMADA DE PREÇOS 09/2023 em exame.**

IV – DO PEDIDO:

DIANTE DE TODO O EXPOSTO, requer se digne Vossa Senhoria, em receber o presente recurso, **atribuindo-lhe efeito suspensivo (artigo 109, § 2º, da Lei 8.666/93) e, após a comunicação dos demais licitantes concorrentes prevista no § 3º, do indicado artigo 109 da Lei de Licitações, ACOLHER O RECURSO INTERPOSTO, aos efeitos de, RECONSIDERAR a decisão de inabilitação da ora recorrente, DECIDINDO pela HABILITAÇÃO da empresa ELENILTO TARIGA EIRELI para participar do certame, por ter atendido ao sub item 4.2, letra "b", do Edital.**

Subsidiariamente, na remota hipótese desta Comissão de Licitação, não reconsiderar sua decisão de inabilitação da empresa ora recorrente, com base no disposto no § 4º, do artigo 109 da Lei de Licitações, seja então o presente recurso, imediatamente encaminhado à Autoridade Superior (Prefeito Municipal), para a devida reapreciação e provimento em sua íntegra, o que desde já se requer.

Nestes termos,
Pede e espera deferimento.

Soledade/RS, 28 de Setembro de 2023.

**ELENILTO TARIGA,
Titular da Empresa Individual
ELENILTO TARIGA EIRELI**



PREF. MUN. DE ERNESTINA

CERTIFICADO DE REGISTRO DE FORNECEDOR Nº 126

Razão Social : ELENILTO TARIGA LTDA - 9097

Endereço : RUA TIRADENTES - 431

Município : Soledade - RS

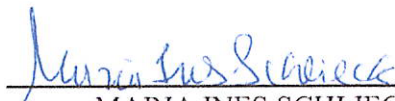
CNPJ : 26.589.865/0001-29

Inscrição Estadual :

Certificamos que a Empresa acima mencionada, encontra-se Registrada no Cadastro de Fornecedores deste Órgão Público, estando habilitada a participar de Licitações, tendo apresentado a Documentação exigida nos Termos da Lei 8.666, de 21 de Junho de 1993 e Posteriores Alterações.

Validade deste Certificado: 31/12/2023

ERNESTINA - RS, 15 de setembro de 2023.



MARIA INES SCHLIECK
ASSESSOR

DOCUMENTO DE IDENTIFICAÇÃO DA RECEITA ESTADUAL (DI/RE)

CONTRIBUINTE: ELENILTO TARIGA EIRELI

INSCRIÇÃO ESTADUAL: 137/0085793

CNPJ: 26.589.865/0001-29



Mais informações leia o QR-CODE

EXIJA DOCUMENTO FISCAL

A inclusão do CPF no documento fiscal é obrigação da empresa!

Participe do Programa Nota Fiscal Gaúcha

Lei 14.020/12 e Decreto 50.199/13



**GOVERNO DO ESTADO
RIO GRANDE DO SUL
SECRETARIA DA FAZENDA**

DIRE - Emissão de DI-RE (Documento de Identificação)

RECEITA ESTADUAL

Descrição

Emissão de Documento de Identificação para contribuintes cadastrados junto à Receita Estadual.



O "Documento de Identificação da Receita Estadual - DI/RE" é destinado a comprovar a inscrição no CGC/TE de contribuinte, exceto o enquadrado na categoria produtor ou MPR. (RICMS, Livro II, art. 4º). O DI/RE será fornecido aos contribuintes inscritos no CGC/TE, na categoria geral ou como optantes pelo Simples Nacional, mediante solicitação.

Usuário

Pessoa Jurídica.

Etapas para realização do serviço

Solicitar pelo site ([clique aqui](https://www.sefaz.rs.gov.br/SAT/EmissaoDIRE.aspx)
(<https://www.sefaz.rs.gov.br/SAT/EmissaoDIRE.aspx>)).

O acesso a este serviço no e-CAC está disponível para sócio, responsável legal e contador com autorização eletrônica.

Prazo

Imediato.

Legislação Aplicada

INSTRUÇÃO NORMATIVA DRP Nº 045/98
([http://www.legislacao.sefaz.rs.gov.br/Site/Document.aspx?](http://www.legislacao.sefaz.rs.gov.br/Site/Document.aspx?inpKey=109367&inpCodDispositive=&inpDsKeywords=)
[inpKey=109367&inpCodDispositive=&inpDsKeywords=](http://www.legislacao.sefaz.rs.gov.br/Site/Document.aspx?inpKey=109367&inpCodDispositive=&inpDsKeywords=)), Título I, Capítulo X, SEÇÃO 1.0, ITEM 1.9, SUB-ITEM 1.9.1, 1.9.2

Portal de Legislação e Jurisprudência - Legislação Tributária

Art. 4º - A identificação do contribuinte será procedida por meio de documento de identificação fiscal fornecido em conformidade com as [instruções baixadas](#) pela Receita Estadual. (Substituiu a expressão "Departamento de Receita Pública Estadual" por "Receita Estadual" pelo art. 1º (Alteração 3625) do [Decreto 45.557](#) de 22/02/12. (DOE 24/02/12) - Efeitos a partir de 24/02/12.)

▼ DECRETO Nº 37.529, DE 26 DE

Evento

▼ Texto

► Anexo - ANEXO DO DECF

► LIVRO I - DA DESIGNAÇÃO

► LIVRO I - DAS OBRIGAÇÕES

► Título I - DA INSCRIÇÃO

► Art. 1º

► Art. 1º-A

► Art. 2º

► Art. 3º

► Art. 4º

► Art. 5º

► Art. 6º

► Art. 7º

► Art. 7º-A

► Art. 7º-B

► Art. 7º-C

► Art. 7º-D

► Título I - DOS DOUTORES

► Título II - DOS DOUTORES

► Título III - DOS DOUTORES

► Título IV - DOS DOUTORES

► Título V - DOS LIVROS

► Título VI - DAS GUIAS

► Título VII - DO EQUIPAMENTO

NOTA - (Ver obrigação de apresentação desse documento, art. 212, IX e X.)

Art. 5º - O contribuinte que tiver seus dados cadastrais alterados ou encerrar suas atividades é obrigado a formalizar a ocorrência no prazo de 30 (trinta) dias do evento, nas hipóteses e nas condições previstas em [instruções baixadas](#) pela Receita Estadual. (Redação dada pelo art. 1º (Alteração 3515) do [Decreto 55.510](#) de 29/03/21. (DOE 30/03/21) - Efeitos a partir de 01/04/21 - Art. 35 da Lei 15.576/20.)

NOTA - (Ver guarda de livros e documentos fiscais, art. 212. (Redação dada pelo art. 1º (Alteração 3515) do [Decreto 55.510](#) de 29/03/21. (DOE 30/03/21) - Efeitos a partir de 01/04/21 - Art. 35 da Lei 15.576/20.)

Art. 6º - Poderá ser cancelada, pelo Subsecretário da Receita Estadual ou por Auditor-Fiscal da Receita Estadual por ele designado, a inscrição do contribuinte QUE: (Redação dada pelo art. 1º (Alteração 4660) do [Decreto 51.515](#) de 09/03/16. (DOE 10/03/16) - Efeitos a partir de 30/12/15 - Lei nº 14.489/14 e nº 14.805/15.)

NOTA - (Ver: Inabilitação para a prática de operações e prestações, art. 74-C, hipóteses de cancelamento de inscrição de substitutos tributários estabelecidos em outra Unidade da Federação, Livro III, art. 50, § 3. (Redação dada pelo art. 1º (Alteração 3515) do [Decreto 55.510](#) de 29/03/21. (DOE 30/03/21) - Efeitos a partir de 01/04/21 - Art. 35 da Lei 15.576/20.)

I - adquirir, distribuir, transportar, estocar ou revender derivados de petróleo, gás natural e suas frações recuperáveis, álcool etílico hidratado carburante, álcool anidro e demais combustíveis líquidos carburantes, em desconformidade com as especificações estabelecidas pelo órgão competente; (Redação dada pelo art. 1º (Alteração 4660) do [Decreto 51.515](#) de 09/03/16. (DOE 10/03/16) - Efeitos a partir de 30/12/15 - Lei nº 14.489/14 e nº 14.805/15.)

II - adquirir, distribuir, transportar, estocar ou revender leite e seus derivados, em desconformidade com as especificações estabelecidas pelo órgão competente de fiscalização; (Redação dada pelo art. 1º (Alteração 4660) do [Decreto 51.515](#) de 09/03/16. (DOE 10/03/16) - Efeitos a partir de 30/12/15 - Lei nº 14.489/14 e nº 14.805/15.)

III - manter de organização ou associação constituída para a prática de fraude fiscal estruturada, assim entendida aquela formada com a finalidade de

Aguardando www.legislacao.sefaz.rs.gov.br...

Consulta Pública ao CGCTE RS

Situação na data: 27/09/2023

Identificação			
CAD ICMS	137/0085793		
CNPJ	26.589.865/0001-29		
Razão Social	ELENILTO TARIGA LTDA		
Nome Fantasia	CONSTRUTORA TARIGA		
Endereço			
Logradouro	RUA TIRADENTES		
Número	431	Complemento	PAVLH 01
Bairro/Distrito	BOTUCARAI		
Município	SOLEDADE	U.F.	RS
CEP	99300-000		
Informações Complementares			
Enquadramento Empresa	SIMPLES NACIONAL	Delegacia da Receita Estadual	5ª DRE - PASSO FUNDO
Natureza Jurídica	2062 - SOCIEDADE EMPRESARIA LIMITADA		
CNAE Fiscal Principal	4744-0/99 - COMERCIO VAREJISTA DE MATERIAIS DE CONSTRUCAO EM GERAL		
CNAE Fiscal	4299-5/01 - CONSTRUCAO DE INSTALACOES ESPORTIVAS E RECREATIVAS		
CNAE Fiscal	4213-8/00 - OBRAS DE URBANIZACAO - RUAS, PRACAS E CALCADAS		
Data Abertura	27/01/2017		
Situação Cadastral Vigente⁽¹⁾	ATIVO		
Nota Fiscal Eletrônica	EMPRESA OBRIGADA A EMISSAO		
Classificação das atividades Econômicas			
8 - COMERCIO VAREJISTA			
9 - SERVICOS E OUTROS			

OBSERVAÇÃO: Os dados acima estão baseados em informações fornecidas pelos próprios contribuintes cadastrados. Não valem como certidão de sua efetiva existência de fato e de direito, não são oponíveis à Fazenda e nem excluem a responsabilidade tributária derivada de operações com eles ajustadas.

⁽¹⁾ Situação Cadastral Vigente refere-se tão somente ao Cadastro de Contribuintes do Estado do Rio Grande do Sul (Inscrição Estadual).